Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 - salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 395 franquias no Brasil e 8 no exterior; 54 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal "web commerce" destinado à vendas de produtos da marca Schutz. O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Em 02 de janeiro de 2012, a ZZAB incorporou a ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e a ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Arezzo & Co. International ("Arezzo Int.")

A Arezzo Int., anteriormente denominada Schutz International Corporation, registrada em Miami, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A Arezzo Int. foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. Em 17 de Agosto de 2012, a ARZZ LLC incorporou a Arezzo & Co. International ("Arezzo Int.").

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ("ZZARIO")

A ZZARIO, criada em setembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZARIO foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ("ZZCAPRI")

A ZZCAPRI, criada em novembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZCAPRI foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAF")

A ZZAF, criada em novembro de 2008, tem por objeto a comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como importação e exportação desses produtos. A ZZAF foi incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda. ("Shoes For U")

Adquirida em 21 de julho de 2008, a Shoes For U tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas, cintos e acessórios. Desde 28 de maio de 2010 as operações da Shoes For U estavam paralisadas, tendo sido incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Reestruturação societária

Em 02 de janeiro de 2012, a controlada ZZAB Comércio de Calçados Ltda. incorporou as empresas ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda., também controladas da Companhia, conforme Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação aprovado em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia aprovou a incorporação das suas controladas Allmaness Calçados Ltda., Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda., Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda. e ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.

A Arezzo & Co International foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Estas incorporações tiveram como propósito a racionalização das atividades administrativas. Foram realizadas a valores de livros, não afetam as atividades operacionais da Companhia e não causaram efeito às demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Reestruturação societária -- Continuação

Os patrimônios líquidos da ZZAF, Allmaness, Shoes for U e Schutz Shoes foram avaliados em 31 de janeiro de 2012, com base no valor contábil, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil incorporado está apresentado como segue:

	Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
Ativo circulante					
Caixa e bancos	-	3	-	45	48
Aplicações financeiras	=	125	=	-	125
Contas a receber	-	-	=	577	577
Estoques	=	-	=	3.343	3.343
Impostos a recuperar	-	21	=	602	623
Outros valores a receber	28	-	1	67	96
Total do ativo circulante	28	149	1	4.634	4.812
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	122	_	-	_	122
Outros valores a receber	-	-	15	_	15
	122	-	15	-	137
Imobilizado líquido	_	17	575	139	731
Intangível	-	-	2	5	7
Total do ativo não circulante	122	17	592	144	875
Total do ativo hao circulante	122	17	332	144	673
Total dos ativos incorporados	150	166	593	4.778	5.687
	Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
Passivo circulante					
Fornecedores	146	-	-	100	246
Obrigações fiscais e sociais	2	-	3	21	26
Obrigações trabalhistas	-	-	-	348	348
Outras contas a pagar		-	-	40	40
Total do passivo circulante	148	-	3	509	660
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	1	-	1	505	507
Provisões para riscos	-	-	82	22	104
Total do passivo não circulante	1	-	83	527	611
Total dos passivos assumidos	149	-	86	1.036	1.271
•					
Acervo líquido incorporado	1	166	507	3.742	4.416

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas em Reunião de Diretoria realizada em 20 de fevereiro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

		Participaçã	o total - %	6			
Controladas	31/	12/2013	31/12	2/2012			
	Direta	Indireta	Direta	Indireta			
ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio	99,99	-	99,99	-			
de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99	-			
ARZZ International INC.	100,00	-	100,00	-			
ARZZ LLC	-	100,00	-	100,00			
Schutz 655 LLC	-	100,00	-	100,00			

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que à participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Investimentos em controladas--Continuação

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média estimada
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado--Continuação

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2013 e 2012 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Servicos	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social (*)	1,00%
State Sales Tax	0% a 8,875%

^(*) Conforme Lei 12.546 relativa à desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP. No período de abril e maio de 2013, o INSS da controlada ZZAB foi apurado de acordo com a Medida Provisória nº 601/2012 que alterou a Lei 12.546 relativo a desoneração da folha de pagamento das empresas de varejo, que veio a perder seus efeitos em 03/06/2013. Em 19 de julho de 2013, foi publicada a Lei nº 12.844/13 que postergou até 1º de novembro de 2013 a continuidade da desoneração da folha de pagamentos das empresas de varejo.

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é
 gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é
 uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o
 lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.19. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Outros passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza Non-Deliverable Forward (NDF) e Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACCs") como principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das venda de mercadorias para o mercado externo.

Estes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por quatro marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e e-commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.22. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.23. Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções") para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 33.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Pagamento baseado em ações--Continuação

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

2.24. Assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

<u>Julgamentos</u>

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 33.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão "atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar". As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Disponibilidades	8.761	6.771	13.786	11.518	
•	8.761	6.771	13.786	11.518	

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante Renda fixa (a)	24.132	22.308	36.336	45.656
Fundo de Investimento Exclusivo CDB Operações Compromissadas Letras Financeiras (CEF) Letras Financeiras do Tesouro	23.160 69.469 16.105 21.253 154.119	48.632 68.896 - 27.452 167.288	23.160 69.469 16.105 26.835 171.905	48.632 68.896 27.452 190.636
Não circulante Fundo de capitalização Total das aplicações financeiras	- 154.119	- 167.288	23 171.928	20 190.656

⁽a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Fundo de investimento exclusivo

De acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa.

Em 31 de dezembro de 2013, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 100,8% do CDI. Os ativos são compostos em 19,84% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 93,3% dos ativos possuem liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Aplicações financeiras--Continuação

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Duplicatas - clientes nacionais Duplicatas - clientes estrangeiros Duplicatas - partes relacionadas	155.646 32.035	133.303 20.146	158.507 39.560	136.372 25.135
(Nota 12.a)	26.825	43.616	-	-
Cheques	2	20	131	412
Cartões de crédito		2.738	49.588	47.441
	214.508	199.823	247.786	209.360
(-) Provisão para créditos de				
liquidação duvidosa	(252)	(434)	(288)	(604)
	214.256	199.389	247.498	208.756

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de "duplicatas - clientes nacionais".

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício Adições	(434) (250)	(431) (4)	(604) (250)	(456) (164)
Realizações	432	1	566	16
Saldo no final do exercício	(252)	(434)	(288)	(604)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Contas a receber--Continuação

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	207.579	195.831	240.857	205.368
Vencido até 30 dias	3.463	2.414	3.463	2.414
Vencido de 31 a 60 dias	2.059	909	2.059	909
Vencido de 61 a 90 dias	718	78	718	78
Vencido de 91 a 180 dias	440	44	440	44
Vencido de 181 a 360 dias	1	106	1	106
Vencido há mais de 360 dias	248	441	248	441
	214.508	199.823	247.786	209.360

Do total das contas a receber, R\$97 (R\$1.600 em 31 de dezembro de 2012) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Matéria prima	7.344	9.272	12.674	14.983
Produtos em elaboração	-	-	7.622	3.899
Produtos acabados	18.644	19.993	60.475	51.523
Adiantamentos a fornecedores	4.656	4.919	5.136	6.189
(-) Provisão para perdas	(799)	(461)	(799)	(461)
	29.845	33.723	85.108	76.133

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	(461)	(4)	(461)	(4)
Adições	(475)	(882)	(475)	(882)
Recuperações/ realizações	137	425	137	425
Saldo no final do exercício	(799)	(461)	(799)	(461)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ICMS a recuperar	9.539	922	10.659	2.338
Antecipação de IRPJ	3.322	6.104	4.113	6.895
Antecipação de CSLL	944	2.094	1.286	2.435
Outros	448	509	3.130	2.989
	14.253	9.629	19.188	14.657
Circulante	14.253	9.252	19.188	14.280
Não circulante	-	377	-	377

10. Outros créditos

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Adiantamento ao fundo de propaganda Créditos junto a franqueados	4.685 4.638	2.825 1.818	4.685 6.012	2.825 4.983	
Adiantamentos a fornecedores	1.086	755	2.777	2.627	
Adiantamentos a empregados	733	532	1.216	1.006	
Adiantamentos de viagens	831	923	837	929	
Despesas antecipadas	93	115	563	297	
Outros créditos a realizar	-	15	2.475	149	
	12.066	6.983	18.565	12.816	
Circulante Não circulante	10.431 1.635	6.406 577	15.608 2.957	12.239 577	

Adiantamento ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo" e "Rede de Franquias Schutz"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo" e "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo e Rede de Franquias Schutz, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Créditos tributários - resultantes de incorporação (i) (-) Amortização fiscal Créditos tributários - resultantes de incorporação (ii)	13.935 (13.935) 7.535	13.935 (12.774) 7.535	13.935 (13.935) 7.535	13.935 (12.774) 7.535	
 (-) Amortização fiscal Imposto de renda e contribuição social diferidos resultante de incorporação Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social 	(6.028) 1.507	(4.521) 4.175	(6.028) 1.507	(4.521) 4.175	
(iii)	3.293	1.822	4.007	2.089	
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	4.800	5.997	5.514	6.264	

- (i) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente do aumento de capital que a BRICS Participações S.A. (BRICS) efetuou na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.
- (ii) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente de incorporação pela Companhia de acervo oriundo de cisão da FIGEAC Holdings S.A. ("FIGEAC"), líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contra partida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.
- (iii) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) <u>Impostos diferidos</u>--Continuação

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2013 31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012	
Saldo de abertura Imposto diferido reconhecido no resultado	5.997 (1.197)	9.534 (3.537)	6.264 (750)	10.012 (3.748)	
Saldo final	4.800	5.997	5.514	6.264	

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora e Consolidado) encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
2014	3.928	4.165
2015	436	676
2016	436	673
Total	4.800	5.514

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente	153.033 34%	128.552 34%	156.117 34%	133.504 34%	
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não	(52.031)	(43.708)	(53.080)	(45.391)	
constituídos em empresas controladas Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:	-	-	(3.624)	(2.708)	
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	4.811	4.588	4.811	4.588	
Equivalência patrimonial	(1.644)	94	-	-	
Juros sobre capital próprio	7.250	7.395	7.250	7.395	
Despesa com plano de opções de ações	(1.337)	(263)	(1.337)	(263)	
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rounet, outros)	489	266	550	283	
Constituição de tributos diferidos sobre prejuízos em empresas controladas, relativos a anos anteriores	-	-	891	-	
Outras diferenças permanentes	(16)	(50)	(1.023)	(534)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(42.478)	(31.678)	(45.562)	(36.630)	
Corrente	(41.281)	(28.141)	(44.812)	(32.882)	
Diferido	(1.197)	(3.537)	(750)	(3.748)	
Total	(42.478)	(31.678)	(45.562)	(36.630)	
Taxa efetiva - %	27,76%	24,64%	29,18%	27,44%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) MP 627 e IN RFB 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

Controladora				31/12/2013			
	Ativo circulante	Ativo não	circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Trans	ações
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	1.334	7.963	-	1.333	-	-	-
ARZZ International INC	-	7.160	-	-	-	13.745	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de	25.347	-	63	549	-	104.942	25
Calçados Ltda.	144	-	-	102	-	262	82.938
Total Controladora	26.825	15.123	63	1.984	-	118.949	82.963
Consolidado							
Acionistas controladores					873		
Total Consolidado		-	-	-	873	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores--Continuação

Controladora				31/12/2012			
	Ativo circulante	Ativo não	circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Trans	ações
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
Arezzo & Co International	-	9.114	=	-	-	2.500	4
ARZZ International INC	-	1.718	29	-	=	2.254	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ZZAF Indústria e Comércio de	43.104	-	28	191	-	85.310	50
Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de	-	-	-	-	-	10	187
Calçados Ltda.	512	-	48	317	-	257	96.661
Total Controladora	43.616	10.832	105	508	-	90.331	96.902
Consolidado Acionistas controladores					973		
Total Consolidado		-	-	-	973	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 74 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 11 dias.

Os saldos a receber de partes relacionadas, exceto pelos saldos de mútuos, possuem datas específicas para vencimento. Os mútuos ativos são atualizados aplicando-se a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") acrescida de juros de 2,5% ao ano. Os mútuos ativos com operações no exterior são atualizados aplicando-se a taxa LIBOR (12 m) acrescida de juros de 1% ao ano.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2013 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$3.277 (R\$3.826 em 31 de dezembro de 2012), como segue:

	2013	2012	
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	3.106	3.071	
Remuneração variável bônus	171	215	
Total da remuneração	3.277	3.286	

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 33). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a despesa com plano de opções de ações de Administradores totalizou R\$588 (R\$144 em 31 de dezembro de 2012), e está sendo apresentada como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

d) Garantias

A Companhia é a garantidora de um contrato de arrendamento mercantil firmado em novembro de 2009 por sua controlada ZZSAP no montante de R\$60 (R\$115 em 31 de dezembro de 2012).

e) <u>Transações ou relacionamentos com acionistas</u>

A Companhia manteve, até 16 de agosto de 2012, contrato de locação do imóvel onde estava estabelecida sua filial na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, que é de propriedade de uma empresa cujo sócio é controlador da Companhia (Sr. Anderson Lemos Birman). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$67.

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,4% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

f) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 R\$451 e R\$622 (R\$296 e R\$346 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente. Em 2013, a Companhia contratou serviços de consultoria empresarial do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A., onde o Sr. Wellerson Cavalieiri, membro do Conselho de Administração da Companhia, participa como sócio. Esta empresa recebeu o montante de R\$1.115 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos

								são para	ento/Provi a perdas stimentos	equiva	ado de alência nonial
Descrição	Ativo	Passivo	Patrimô nio líquido	Capital social	Receita Iíquida	Resultad o do exercício	% Partic.	31/12/20 13	31/12/20 12	2013	2012
ZZAB Com. de Calçados Ltda. ZZSAP Ind. e Com. de	70.648	49.323	121.325	93.614	91.767	4.585	99,99	121.325	85.738	4.585	8.785
Calçados Ltda. ZZAF Ind. e Com. de Calçados	46.406	37.435	8.971	592	65.463	1.703	99,99	8.971	7.268	1.703	(3.050)
Ltda. (*)	-	-	-	-	-	-	99,99		-	-	(65)
Investimentos								130.296	93.006	6.288	5.670
ARZZ International INC.	24.852	29.964	(5.112)	15.432	19.596	(11.123)	100,00	(5.112)	(5.202)	(11.123)	(2.819)
Arezzo & Co International (**)	-	-	-	-	-	-	99,99		-	-	(2.574)
Provisão para passivo a descoberto								(5.112)	(5.202)	(11.123)	(5.393)
								125.184	87.804	(4.835)	277

^(*) Incorporada em fevereiro de 2012 pela Controladora.

^(**) Incorporada em agosto de 2012 pela controlada indireta ARZZ LLC.

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	87.804	70.026	
Integralização de capital	42.215	21.917	
Incorporação de controladas (Nota 1)	-	(4.416)	
Equivalência patrimonial	(4.835)	277	
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	125.184	87.804	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos--Continuação

Aumento de capital:

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia aumentou o capital social nas suas controladas, conforme abaixo demonstrado:

	2013	2012
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	31.003	25.773
ARZZ Inc.	11.212	3.323
	42.215	29.096
Integralização com caixa	11.212	21.917
Integralização com créditos	31.003	-
Integralização via incorporação de controladas	-	7.179

No exercício de 2012, a controlada ZZAB teve seu capital social aumentado de R\$38.839 para R\$93.614, portanto um aumento de R\$56.775. Deste montante, R\$25.773 foram integralizados no próprio exercício de 2012, R\$19.000 foram integralizados em 09 de janeiro de 2013 e R\$12.003 foram integralizados em 01 de abril de 2013.

No exercício de 2013, a Controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US\$ 1.639 mil para US\$ 6.589 mil, portanto um aumento de US\$ 4.950 mil, equivalentes a R\$11.212 integralizados em moeda no próprio exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Custo	o pomonece	atoricino	oquipamontoo	0 0.10 11.00 11.	70.00.00	101101100	· otai
Saldos em 31/12/2011	4.002	2.299	1.757	3.995	57	1.501	13.611
Incorporações	73	65	1060	170	19		1.387
Aquisições	1.096	3.554	842	8.793	-	-	14.285
Baixas	(8)	(11)	-	(737)	-	-	(756)
Saldos em 31/12/2012	5.163	5.907	3.659	12.221	76	1.501	28.527
Aquisições	1.006	1.059	1.638	1.817	120	-	5.640
Baixas	(116)	(569)	(27)	(1.878)	-	-	(2.590)
Saldos em 31/12/2013	6.053	6.397	5.270	12.160	196	1.501	31.577
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2011	(2.357)	(1.147)	(683)	(1.093)	(28)	-	(5.308)
Incorporação	(34)	(26)	(493)	(86)	(17)		(656)
Depreciação	(625)	(403)	(194)	(798)	(4)	-	(2.024)
Baixas	1	-	-	189	-	-	190
Saldos em 31/12/2012	(3.015)	(1.576)	(1.370)	(1.788)	(49)	=	(7.798)
Depreciação	(724)	(497)	(333)	(963)	(14)	-	(2.531)
Baixas	61	77	19	343	-	-	500
Saldos em 31/12/2013	(3.678)	(1.996)	(1.684)	(2.408)	(63)	-	(9.829)
Valor contábil líquido							
Saldos em 31/12/2012	2.148	4.331	2.289	10.433	27	1.501	20.729
Saldos em 31/12/2013	2.375	4.401	3.586	9.752	133	1.501	21.748
Taxa média de							
depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

Consolidado:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Custo Saldos em 31/12/2011 Aquisições Baixas	5.137 1.571 (71)	7.062 6.381 (478)	7.307 2.029 (7)	19.612 28.569 (2.181)	530 - -	123 - (34)	2.001	41.772 38.550 (2.771)
Saldos em 31/12/2012 Aquisições Baixas	6.637 1.337 (162)	12.965 3.752 (788)	9.329 3.068 (215)	46.000 11.547 (3.728)	530 - (530)	89 120 -	2001 - (500)	77.551 19.824 (5.923)
Saldos em 31/12/2013	7.812	15.929	12.182	53.819	-	209	1.501	91.452
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2011 Depreciação Baixas	(2.717) (851) 41	(1.996) (934) 183	(3.054) (633) 7	(3.533) (3.369) 565	(87) (21) -	(92) (4) 34	- - -	(11.479) (5.812) 830
Saldos em 31/12/2012 Depreciação Baixas	(3.527) (1.046) 121	(2.747) (1.609) 267	(3.680) (886) 1 34	(6.337) (4.868) 1.345	(108) (21) 129	(62) (14) -	- - -	(16.461) (8.444) 1.996
Saldos em 31/12/2013	(4.452)	(4.089)	(4.432)	(9.860)	-	(76)	-	(22.909)
Valor contábil liquido Saldos em 31/12/2012 Saldos em 31/12/2013	3.110 3.360	10.218 11.840	5.649 7.750	39.663 43.959	422 -	27 133	2.001 1.501	61.090 68.543
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	4%	20%	-	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo		•		
Saldos em 31/12/2011	2.623	125	9.981	12.729
Incorporações	2	-	9	11
Aquisições	4	=	4.130	4.134
Baixas		=	(53)	(53)
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	14.067	16.821
Aquisições	26	1.553	18.020	19.599
Baixas	-	(600)	(58)	(658)
Saldos em 31/12/2013	2.655	1.078	32.029	35.762
Amortização acumulada				
Saldos em 31/12/2011	-	-	(5.493)	(5.493)
Incorporações	-	-	(2)	(2)
Amortização	-	-	(1.633)	(1.633)
Baixas	-	-	` 1	` 1
Saldos em 31/12/2012	-	-	(7.127)	(7.127)
Amortização	-	_	(2.415)	(2.415)
Baixas	-	-	` 10	` 10′
Saldos em 31/12/2013	-	-	(9.532)	(9.532)
Valor contábil líquido				
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	6.940	9.694
Saldos em 31/12/2013	2.655	1.078	22.497	26.230
Vida útil média estimada				
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Consolidado:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo		•		-
Saldos em 31/12/2011	2.722	23.536	10.564	36.822
Aquisições	27	14.577	4.292	18.896
Baixas	-	(398)	(72)	(470)
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	14.784	55.248
Aquisições	29	5.795	18.108	23.932
Baixas	-	(2.015)	(127)	(2.142)
Saldos em 31/12/2013	2.778	41.495	32.765	77.038
Amortização acumulada				
Saldos em 31/12/2011	-	-	(5.681)	(5.681)
Amortização	-	_	(1.746)	(1.746)
Baixas	-	-	1	1
Saldos em 31/12/2012	-	-	(7.426)	(7.426)
Amortização		-	(2.526)	(2.526)
Baixas	-	-	28	28
Saldos em 31/12/2013	-	-	(9.924)	(9.924)
Valor contábil liquido				
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	7.358	47.822
Saldos em 31/12/2013	2.778	41.495	22.841	67.114
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os principais investimentos realizados em "direito de uso de sistemas" estão relacionados ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão que será utilizado pela Companhia. O software de gestão selecionado pela Companhia foi o SAP e substituirá o sistema integrado de gestão atualmente utilizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorreu em gastos relacionados com a aquisição da licença deste software e desenvolvimento deste sistema integrado de gestão no montante de R\$12.117.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$17.689 na Controladora e no Consolidado (R\$16.686 em 31 de dezembro de 2012) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 1% a 3%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto que variam de 14% a 16% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

<u>Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida-</u> Continuação

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como seque:

- Receitas As receitas foram projetadas entre 2014 e 2018 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Osnifel de nine			44.740	40.074
Capital de giro	-		11.746	10.274
Banco do Brasil (FINAME)	16	20	231	20
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	27.778	27.057	27.778	27.057
FINEP	28.859	27.458	28.859	27.458
BNDES Progeren	-	-	29.767	29.190
Outros	-	-	37	85
	56.653	54.535	98.418	94.084
Circulante	34.350	31.313	59.835	42.843
Não circulante	22.303	23.222	38.583	51.241

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) FINEP: Taxa de 5,25% ao ano, ou indexado a TJLP se esta for maior que 6% ao ano.
- (ii) Leasing e Finame: 1,37% ao mês.
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros + Spread do Banco, média em 31/12/13 de 1,62% ao ano.
- (iv) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,4% fixo ao ano.
- (v) Capital de Giro BNDES Progeren, taxa de TJLP + 2,5% ao ano, vencimento em 36 meses incluindo 18 meses de carência.

Vencimentos dos contratos

- Capital de giro (Bank of America): vencimento em 16 de setembro de 2014 e 31 de outubro de 2014;
- Banco do Brasil: parcelas mensais com vencimento final em agosto de 2015;
- FINEP: vencimentos em 2014 até novembro de 2019;
- BNDES: vencimento em 15 de novembro de 2015; e
- Outros: prazo final de amortização em janeiro de 2015.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
0045	0.554	00.704
2015	6.554	22.724
2016	6.547	6.599
2017	4.201	4.253
Após 2018	5.001	5.007
Total	22.303	38.583

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros.

Linhas de crédito

Em 14 de novembro de 2011, a Companhia contratou uma terceira linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R\$27.366. Em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$6.818 referente a esta linha de crédito não foi utilizado pela Companhia e está disponível para utilização.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinado aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco. Utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela própria Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

A Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança bancária emitida pelo Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2013, não existiam operações desta natureza garantidas pela Companhia (R\$84 em 31 de dezembro de 2012).

Controladora

Consolidado

17. Fornecedores

	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	Joint Jiddold		···aaaa
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores nacionais	26.071	24.946	34.842	33.984
Partes relacionadas (Nota 12.a)	1.984	508	-	-
Fornecedores estrangeiros	17	237	17	1.523
	28.072	25.691	34.859	35.507

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos estão assim compostos:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Salários a pagar	2.840	5.423	5.561	7.854	
Provisão para férias e encargos	5.346	4.179	8.007	7.554	
	8.186	9.602	13.568	15.408	

19. Programa de parcelamento fiscal

A sociedade controlada ZZSAP aderiu ao Parcelamento Especial (PAES), disciplinado pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, inscrevendo parte substancial dos débitos tributários vencidos até 15 de julho de 2003. Conforme previsto na legislação mencionada, as empresas que integram este programa são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas mensais, podendo ser excluídas do programa caso atrasem estes pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

As parcelas pactuadas estão sendo liquidadas sem atraso. Com isso, a ZZSAP incorre em desembolso mensal de, aproximadamente, R\$16 estando os pagamentos de acordo com as condições previstas no Programa de Parcelamento Fiscal.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

0-------

Controladora				
Saldo 31/12/2012	Adições/ atualizações	Reversões/ pagamentos	Saldo 31/12/2013	
1.061	52	(611)	502	
-	1.236	(51)	1.185	
1.336	1.199	(373)	2.162	
2.397	2.487	(1.035)	3.849	
	31/12/2012 1.061 - 1.336	Saldo Adições/ 31/12/2012 atualizações 1.061 52 - 1.236 1.336 1.199	Saldo 31/12/2012 Adições/ atualizações Reversões/ pagamentos 1.061 52 (611) - 1.236 (51) 1.336 1.199 (373)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

	Consolidado					
	Saldo 31/12/2012	Adições/ atualizações	Reversões/ pagamentos	Saldo 31/12/2013		
Cível	1.088	53	(617)	524		
Tributária	-	1.605	(51)	1.554		
Trabalhista	1.950	1.459	(644)	2.765		
Provisão para riscos	3.038	3.117	(1.312)	4.843		

<u>Cível</u> - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

<u>Tributário</u> - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

<u>Trabalhistas</u> - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$46.578 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, conforme divulgado na Nota 21.2. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio, conforme divulgado na Nota 11.a item (i). O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R\$7.379.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 31 de maio de 2013, referente ao não recolhimento do IRPJ, CSLL e Imposto sobre Operações de Crédito – IOF sobre operações de mútuo, relativa aos períodos de: junho/2008 a dezembro/2009, resultando no montante atualizado de R\$ 1.171. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível".
- iii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de: fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS no montante atualizado de R\$5.532. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível".

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais é de R\$4.676 na Controladora (R\$4.523, em 31 de dezembro de 2012) e R\$6.622 no Consolidado (R\$6.879, em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas

21.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do limite do capital autorizado, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$500.000, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$65.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 30 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R\$940, com emissão de 45 mil novas ações ordinárias da Companhia.

Em 28 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$49.143, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R\$1.186, com emissão de 50 mil novas ações ordinárias da Companhia.

Ações em milhares	Capital social R\$
88.542	40.917
-	65.000
45	940
88.587	106.857
-	49.143
50	1.186
88.637	157.186
	em milhares 88.542 - 45 88.587 - 50

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- a) Em 08 de novembro de 2007, a Companhia emitiu 3.203.808 novas ações ordinárias nominativas em favor da BRICS, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$50.000. Deste montante, R\$ 25.000 foram integralizados no ato pela BRICS dos quais R\$2.500 foram destinados ao aumento de capital e R\$22.500 destinados à formação de reserva de capital;
- b) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935.
 - No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.
- c) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$12.500, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$1.559.
- d) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$12.500 restantes, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$2.990.
- e) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$7.535.

Os créditos tributários gerados em decorrência da reserva especial de ágio constituída quanto da incorporação da BRICS e da FIGEAC estão apresentados na Nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2. Reserva de capital--Continuação

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$182.009, dos quais R\$167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$13.579 (R\$8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$550 (R\$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$4.708, conforme descrito na Nota 33. Desse total, R\$3.933 foram reconhecidos em 2013 e R\$775 foram reconhecidos em 2012.

21.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$2.683.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2012 é de R\$137.452 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

A Companhia submeterá a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício Reserva legal - 5%	110.555 (5.528)	96.874 (4.844)
Lucro líquido do exercício	105.027	92.030
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	26.257	23.008
Dividendos e juros sobre o capital próprio Juros sobre o capital próprio creditados IRRF sobre os juros sobre o capital próprio Dividendos intercalares pagos Dividendos propostos Total Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	21.323 (3.029) 13.326 20.894 52.514 26.257	21.751 (3.104) 6.986 20.382 46.015 23.007
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R\$	0,30	0,26

Em 04 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$20.382, devidamente aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, pagos em 14 de maio de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

Dividendos--Continuação

Em 29 de julho de 2013, a Companhia aprovou através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante total de R\$13.326, pagos em 30 de agosto de 2013. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 17 de março de 2014, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$20.894, sujeita a aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício de 2013, no montante de R\$21.323 (R\$21.751 em 31 de dezembro de 2012) em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2013, a Companhia realizou, em 31 de julho de 2013, o pagamento de R\$10.885 (R\$9.345, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) a título de juros sobre o capital próprio, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 01 de julho de 2013, inclusive.

Em 28 de junho de 2013, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R\$2 (R\$1, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) com pagamento em 30 de julho de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95--Continuação

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R\$1.578 (R\$1.353, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) com pagamento em 27 de dezembro de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 19 de dezembro de 2013, inclusive.

Seguindo sua política de distribuição sistemática de proventos aos seus acionistas, a Companhia creditou juros sobre capital próprio semestrais, no montante de R\$8.858 (R\$7.598, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), aos acionistas que, em 31 de dezembro de 2013, estavam inscritos nos registros da Companhia como titulares das ações de sua emissão, com pagamento em 30 de janeiro de 2014.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de acões ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais) Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	110.555 88.608	96.874 88.561
Lucro básico por ação - R\$	1,25	1,09

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Resultado por ação--Continuação

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

<u>-</u>	2013	2012
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	110.555	96.874
Média ponderada de ações emitidas (em milhares) Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	88.608 161	88.561 144
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares) Lucro diluído por ação - R\$	88.769 1,25	88.705 1,09

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Conso	idado	
	2013	2012	2013	2012	
Receita bruta de vendas					
Mercado interno	996.540	913.787	1.170.419	1.069.612	
Mercado externo	53.039	34.960	61.666	39.131	
Devolução de vendas	(34.753)	(20.343)	(48.941)	(37.107)	
Descontos e abatimentos	`(1.184)	` (911)	`(1.184)	(911)	
Impostos sobre vendas	(165.592)	(166.526)	(219.010)	(210.390)	
Receita operacional líquida	848.050	760.967	962.950	860.335	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman) e canais (franquias, multimarca e lojas próprias) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
Marca	2013	2012
Receita bruta	1.232.085	1.108.743
Arezzo - mercado interno	716.614	663.256
Schutz - mercado interno	402.496	356.510
Anacapri - mercado interno	41.316	32.203
Outros	9.993	17.643
Mercado externo	61.666	39.131
	Cons	olidado
Canal	2013	2012
Receita bruta	1.232.085	1.108.743
Franquias	583.110	512.383
Multimarca	288.566	285.816
Lojas próprias	291.368	255.977
Outros	7.375	15.436
Mercado externo	61.666	39.131

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2013, 5% (4% em 2012) da receita bruta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Contro	ladora	Consol	idado
	2013	2012	2013	2012
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(539.608)	(487.655)	(537.221)	(484.530)
Despesas comerciais	(94.970)	(89.091)	(204.438)	(178.526)
Despesas administrativas e gerais	(69.210)	(61.191)	(73.812)	(64.326)
Outras receitas (despesas) operacionais,		, ,		•
líquidas	245	(6.109)	1.011	(4.748)
	(703.543)	(644.046)	(814.460)	(732.130)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(4.947)	(3.657)	(10.970)	(7.558)
Despesas com pessoal	(71.638)	(63.827)	(123.179)	(116.484)
Matéria prima e materiais de uso				
e consumo	(542.875)	(492.485)	(540.488)	(489.360)
Fretes	(17.801)	(15.447)	(20.404)	(17.863)
Despesas com ocupação de lojas	-	(569)	(28.537)	(20.453)
Outras despesas operacionais	(66.282)	(68.061)	(90.882)	(80.412)
·	(703.543)	(644.046)	(814.460)	(732.130)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

	Consolidado			
	31/12/2	2013	31/12/2	2012
_	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	13.786	13.786	11.518	11.518
Aplicações financeiras	171.928	171.928	190.656	190.656
Clientes e outras contas a receber	266.063	266.063	221.572	221.572
Empréstimos e financiamentos	98.418	98.418	94.084	94.084
Fornecedores e outras contas a pagar	45.870	45.870	40.816	40.816

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração		
-	Valor justo	Custo amortizado	
Ativos	valor justo	amortizado	
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.786	
Clientes e outras contas a receber	-	266.063	
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado			
Aplicações financeiras	171.928	-	
Passivos			
Outros passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	45.870	
Empréstimos e financiamentos	-	98.418	

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos:

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase as totalidades de suas exportações possuem financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	
Contas a receber	39.560	25.135	
Empréstimos e financiamentos	(39.524)	(37.331)	
Fornecedores	(17)	(1.523)	
Exposição líquida	19	(13.719)	

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos cambiais--Continuação

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Cenário provável		
Operação	Moeda	(Valor contábil)	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				_
Contas a receber em moeda estrangeira Empréstimos e financiamentos em	R\$	39.560	49.450	59.340
moeda estrangeira	R\$	(39.524)	(49.405)	(59.286)
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(17)	(21)	(26)
Apreciação da Taxa em Referência para Taxa de Câmbio			25%	50%
Dólar		2,34	2,93	3,51
Efeito no lucro antes da tributação	R\$	_	(5)	(10)

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$ 3.025 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o valor em aberto deste instrumento de hedge é de US\$ 1.375 mil.

	31/12/2013 USD (mil)	31/12/2012 USD (mil)
Forward - Compromisso de Venda	1.375	3.025

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	31/12/2013	31/12/2012
Valor a (pagar) receber decorrente do resultado (valor justo)	(254)	14
Demonstração do resultado	31/12/2013	31/12/2012
Ganho (perda) reconhecida no resultado financeiro	(268)	14

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos cambiais--Continuação

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar-se o valor justo da operação no encerramento de cada exercício.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	31/12/2013	%
Juros fixos Juros com base na TJLP e Libor	28.046 70.372	28,50 71,50
	98.418	100,00

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros--Continuação

Operação	Moeda	Cenário	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos - TJLP	R\$	41	51	62
Financiamentos - Libor	R\$	2.931	3.664	4.397
		2.972	3.715	4.459
Apreciação da taxa em Referência para passivos financeiros			25%	50%
Libor TJLP		0,35% 5,00%	0,44% 6,25%	0,53% 7,50%

d) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha, e em aplicações de curto prazo, com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia utiliza ACCs e NDFs como os principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das vendas de mercadorias para o mercado externo.

Parte destes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso do dólar, e de acordo com cada mercado onde a Companhia está exposta.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

A Companhia não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a	65.154	38.601	2.949	106.704
pagar	45.870	-	-	45.870

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida liquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consc	lidado
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	2.828	1.395	2.852	1.403
Rendimento de aplicações financeiras	14.233	14.483	15.858	14.628
Outras receitas	1.521	2.336	1.747	2.138
-	18.582	18.214	20.457	18.169
				_
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(1.481)	(1.637)	(1.645)	(1.908)
Juros sobre financiamentos	(2.399)	(1.984)	(4.480)	(2.309)
Taxa de administração de cartão de crédito	(65)	(262)	(4.908)	(4.378)
Outras despesas	(1.026)	(2.588)	(1.341)	(3.739)
_	(4.971)	(6.471)	(12.374)	(12.334)
Variação cambial, líquida:				
Ativa	3.742	1.130	3.781	1.152
Passiva _	(3.992)	(1.519)	(4.237)	(1.688)
	(250)	(389)	(456)	(536)
Total -	13.361	11.354	7.627	5.299
	. 5.561			0.200

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesa com rescisão (i)	-	(8.000)	-	(8.000)
Plano de opção de ações	(3.594)		(3.594)	
Taxa de franquia	2.260	1.225	2.260	1.225
Receita com indenizações	1.112	-	1.112	-
Recuperação de despesas	162	72	174	132
Resultado na alienação de imobilizado				
e intangível	(25)	(464)	729	826
Outras receitas	330	1.058	330	1.069
	245	(6.109)	1.011	(4.748)

⁽i) Em 21 de janeiro de 2012, a Companhia rescindiu o contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda., que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e atelieres independentes contratados para confecção de determinados produtos. No âmbito de referida rescisão, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$8.000. Nesta mesma data, a Companhia celebrou contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas, buscando reduzir seus custos operacionais relacionados a tal prestação de serviço, com a manutenção da mesma qualidade de serviços atualmente prestados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos
	pagamentos
	mínimos em
	31/12/2013
	(Consolidado)
Até um ano	18.342
Acima de um ano e até cinco anos	34.005

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$1.866 (R\$2.074 em 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$22.386 (R\$15.259 em 31 de dezembro de 2012). O saldo da conta "Aluguéis a pagar" é de R\$2.795 (R\$1.612 em 31 de dezembro de 2012).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia incorporou as controladas ZZAF, Allmaness, Schutz Shoes e Shoes for U (Nota 1 - Reestruturação societária).

Os saldos incorporados representam transações que não envolvem caixa e estão assim representados:

	Controladora
Descrição	01/02/2012
Ativo Aplicações financeiras Contas a receber Estoques Impostos a recuperar Outros valores a receber Partes relacionadas Imobilizado líquido Intangível	125 577 3.343 623 111 122 731
Passivo Fornecedores Obrigações fiscais e sociais Obrigações trabalhistas Outras contas a pagar Partes relacionadas Provisões para Riscos	246 26 348 40 507

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2013, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio Responsabilidade civil	113.686 10.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II. Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações--Continuação

1ª Outorga - junho de 2012:

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$20,856948048 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

2ª Outorga - junho de 2013:

Em 11 de junho de 2013, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$27,613453786 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2013 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações--Continuação

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	Quantidade máxima de ações		
Prazo de carência a partir da outorga	1 ^a Outorga	2ª Outorga	
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.538	
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.456	
Total	263.983	655.450	

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Opções no início do exercício	220.527	-
Opções outorgadas	-	632.911
Opções exercidas	(27.026)	-
Opções baixadas (*)	(14.626)	(1.000)
Opções no final do exercício	178.875	631.911

^(*) Opções baixadas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações.

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou o montante de R\$3.933 (R\$775 em 30 de dezembro de 2012) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para a outorga de 2013, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial. Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações--Continuação

_	1 ^a Outorga Junho/2012		2 ^a Outorga Junho/2013	
Lote	l	II	I	II
Quantidade de ações				
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572
Preço de exercício - (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61
Valor justo por opção - (R\$)				
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%
Taxa de juro livre de risco				
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)				
1º Vencimento	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real.

34. Subvenções governamentais

Crédito presumido de ICMS

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto 50.066, publicado em 14 de fevereiro de 2013, altera a concessão da desoneração tributária com crédito presumido no período de 1º de fevereiro a 31 de maio de 2013, aos estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro nas saídas interestaduais decorrentes de vendas, de produção própria, em montante igual ao que resultar da aplicação, sobre o valor do ICMS devido na operação.

A Companhia, através da sua controladora, firmou em 27 de fevereiro de 2013 com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, termo de acordo para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS. O prazo da concessão se estende até 31 de maio de 2014.

O benefício fiscal usufruído até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$12.640. Este montante foi registrado no resultado do período, reduzindo as despesas relacionadas de impostos sobre vendas, conforme disposto o CPC 07 (IAS 20) - Subvenção e Assistência Governamentais.